

Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB
Comissão Permanente de Direito Constitucional

EMENTA: Indicação nº 065/2018. PSV nº 111, que sugere o cancelamento da SV nº 17. Precatórios. Incidência de juros de mora até o efetivo pagamento do débito pela Fazenda. Art. 100, §12, da CF, acrescido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

1. Relatório

Fui designado pelo Ilmo. Dr. Sérgio Sant’Anna, presidente da Comissão Permanente de Direito Constitucional do IAB, como relator da Indicação nº 065/2018, de autoria do ilustre consócio, Dr. Pedro Maurício Pita Machado, por meio da qual foi requerido parecer acerca da Proposta de Súmula Vinculante nº 111 (“PSV 111”), formulada pelo Conselho Federal da OAB (“CFOAB”). O pedido ali formulado é de cancelamento da Súmula Vinculante nº 17 (“SV 17”), que possui o seguinte teor:

Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

O CFOAB alega, em síntese, que a SV 17 é incompatível com o § 12 do art. 100 da CF, que foi acrescido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (“EC 62”), editada pouco tempo depois de editada a SV 17. O dispositivo em questão possui a seguinte redação:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

O Relator da PSV 111, Min. Dias Toffoli, determinou, em 25/03/2015, seu sobrestamento, a fim de que se aguardasse o julgamento do RE 579.431/RS. Este recurso, com efeito, foi julgado em 22/06/2018, tendo seu trânsito em julgado sido certificado em 16/08/2018, como este Relator constatou em consulta ao sítio eletrônico do STF.

Sendo assim, não existem mais óbices à retomada do julgamento da PSV 111 cabendo então analisar seu mérito, como solicitado na Indicação.

2. Análise da PSV 111

Muito embora o Min. Dias Toffoli tenha determinado o sobrestamento da PSV 111 até que fosse ultimado o julgamento do RE 579.431/RS, as questões discutidas nesses dois processos são distintas e não podem ser confundidas.

No RE 579.431/RS, o STF firmou entendimento, sob a sistemática da repercussão geral, no sentido de que “[I]ncidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório”. Na PSV 111, que visa a cancelar a SV 17, a discussão é outra: se incidem juros de mora entre a data de requisição do precatório e a data do seu efetivo pagamento. Este ponto, contudo, não foi enfrentado – senão como *obiter dictum* por alguns ministros – no julgamento do RE 579.431/RS.

De fato, antes da EC 62 o STF havia firmado entendimento no sentido da não incidência de juros de mora após a expedição do requisitório, desde que o pagamento se desse dentro do prazo previsto no art. 100, § 1º da CF (hoje correspondente ao § 5º do mesmo artigo).

A sistemática de pagamento dos débitos da Fazenda, estabelecida no art. 100 da CF de 1988, já passou por diversas modificações. Nada menos do que 5 Emendas Constitucionais alteraram parcialmente sua disciplina. Foram elas as emendas nº 20/1998, 30/2000, 37/2002, 62/2009 e 94/2016.

Apenas a redação originária (por sinal, bastante infeliz) do § 1º do art. 100 da CF dava amparo à tese que prevaleceu no STF, no sentido de que após a expedição da requisição e até a data do efetivo pagamento (que pode levar até 18 meses) não haveria incidência de juros de mora. Tal redação era a seguinte:

Art. 100. *omissis*

§ 1º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, **data em que terão atualizados seus valores**, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte

Como se nota, o constituinte originário previu que a atualização dos precatórios deveria ser feita na data da requisição, o que prejudicava sobremaneira os titulares de crédito contra a Fazenda. Por essa razão, o STF firmou entendimento de que deveria haver atualização até a data do efetivo pagamento e, em seguida, a Emenda Constitucional nº 30 alterou a redação do § 1º do art. 100 nesse exato sentido, tendo ele passado a ter a seguinte redação:

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, **quando terão seus valores atualizados monetariamente.**

Embora o texto tenha passado a falar na atualização monetária (não especificando se tratava de correção monetária e/ou da incidência de juros moratórios) na data do pagamento, o STF manteve o entendimento no sentido de que os juros moratórios não incidiriam nesse período – tanto assim que, em 2009, editou a SV 17.

Tal entendimento, no entanto, sempre foi questionável. Os juros de mora servem para remunerar o capital que era devido, e conceder à Fazenda um privilégio de até 18 meses para efetuar o pagamento de seus débitos sem a incidência de juros não parece compatível com o princípio da isonomia (afinal, qualquer obrigação paga em atraso por um particular será devidamente acrescida de juros de mora) e com a eficiência, visto que funciona como verdadeiro desestímulo a que o Poder Público efetue o pagamento de seus débitos antes do prazo máximo estabelecido pela Constituição.

A EC 62/2009, ao acrescentar o § 12 ao art. 100 da CF, não deixa dúvidas de que entre a data da expedição do requisitório e a do seu efetivo pagamento deve haver não apenas a atualização monetária (correção), mas também a incidência de juros moratórios. Ou seja, a SV 17 de fato parece ter sido superada por opção do poder constituinte derivado, não deixando margem para que o entendimento nela consolidado continue prevalecendo.

Vale notar, por sinal, que o entendimento histórico do STF caminha nesse exato sentido. No julgamento do Agravo de Instrumento nº 13.044/SP, o relator, Min. Bento de Faria, expressamente deixou consignado que:

“Os juros são os interesses que o credor aufere do dinheiro que lhe é devido em compensação da privação de seu uso.

*Assim sendo, cumpre sejam contados até a data do pagamento do que lhe deve ser pago pelo devedor”.*¹

Esse entendimento foi ratificado no Agravo de Instrumento nº 13.044/SP, assim ementado:

*Juros de mora; seu pagamento pela União; são devidos até à data do pagamento principal, e, portanto, os que fluírem após à expedição do precatório, entre a 1ª conta levantada para esse efeito e a data do pagamento realizado em cumprimento ao referido precatório.*²

¹ STF, 2ª Turma, Rel. Min. Bento de Faria, julgado em 11/01/1944, grifos acrescidos.

² STF, 2ª Turma, Rel. Min. Edgard Costa, julgado em 10/12/1946, grifos acrescidos.



Ora, se o credor permanece privado do uso do dinheiro até a data em que recebe o pagamento que lhe é devido, e não até a data da expedição da respectiva requisição, é natural que os juros moratórios incidam por todo o período. Esse já era o entendimento tradicional do STF e foi expressamente manifestado pelo poder constituinte derivado com a edição da EC 62.

No plano da legislação infraconstitucional, também é exatamente isso o que determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, cuja ementa menciona que tal dispositivo foi acrescido com a manifesta intenção de “uniformizar a atualização monetária e dos juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública”:

Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, **haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.**

Somam-se motivos, portanto, para o cancelamento da SV 17, na forma requerida pela PSV 111.

3. Conclusão

Pelas razões expostas, em resposta à consulta formulada na Indicação, opino pela procedência da PSV 111, com a conseqüente revogação da SV 17 ou, alternativamente, pela sua modificação, para que passe a ter a seguinte redação: “*Incidem os juros de mora previstos no § 12 do artigo 100 da Constituição no período compreendido entre a data da requisição do precatório e a data do seu efetivo pagamento*”.

Opino, ainda, pela remessa deste parecer ao Relator da PSV 111 e ao demais Ministros do STF.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2018.

José Guilherme Berman

OAB/RJ 119.454